



**Nó Górdio e relações entre  
Moçambique e Portugal: futuro  
inventado nas escolas moçambicanas  
da província de Sofala**

---

**Armino Armando, Augusto Alberto  
e Martins JC-Mapera**

*Práticas da História*, n.º 16 (2023): 127-150

[www.praticasdahistoria.pt](http://www.praticasdahistoria.pt)

**Armindo Armando, Augusto Alberto  
e Martins JC-Mapera**

**Nó Górdio e relações entre Moçambique e Portugal: futuro inventado nas escolas moçambicanas da província de Sofala**

---

“Nó Górdio” foi uma operação militar violenta, comandada por Kaúlza de Arriaga, em 1970, para frustrar a luta armada de libertação de Moçambique. Este artigo estuda as memórias desse acto como pretexto para uma reflexão sobre as relações político-diplomáticas e socioculturais entre Moçambique e Portugal. O artigo resulta da pesquisa feita nas escolas secundárias moçambicanas através de grupos focais e da análise da reportagem da RTP, realizada por Alexandrina Pereira e Rui Pinto Almeida em 2006, sobre este acontecimento histórico. Apesar da aparente existência de memórias que estimulam o desassossego como reflexo dos acontecimentos do passado, as relações de amizade são cada vez mais fortalecidas, manifestando-se em diferentes esferas do desenvolvimento dos dois povos que partilham a língua portuguesa, enquanto interface do progresso científico, cultural e económico.

Palavras-chave: Nó Górdio; Interculturalidade; Moçambique e Portugal.

---

**Nó Górdio and relations between Mozambique and Portugal: an invented future in Mozambican schools in Sofala Province**

“Nó Górdio” was a violent military campaign, commanded by Kaúlza de Arriaga in 1970, with the aim of defeating the armed struggle for the liberation of Mozambique. This article examines the memories of this event as a pretext for a reflection on the political, diplomatic, and socioeconomic relations between Mozambique and Portugal. The article results from research conducted in Mozambican secondary schools and the analysis of a RTP report directed by Alexandrina Pereira and Rui Pinto Almeida in 2006 about this historical event. Despite the apparent existence of memories that stimulate restlessness as a reflection of past events, relations of friendship are increasingly strengthened and find expression in different spheres of development in two nations that share the Portuguese language as an interface of scientific, cultural and economic progress.

Keywords: Nó Górdio; Interculturality; Mozambique and Portugal.

# Nó Górdio e relações entre Moçambique e Portugal: futuro inventado nas escolas moçambicanas da província de Sofala

Armindo Armando, Augusto Alberto  
e Martins JC-Mapera\*

## Introdução

A operação “Nó Górdio” foi o mais violento acontecimento da luta de libertação nacional em Moçambique, considerado como o mais importante e determinante para a consolidação da vitória e descolonização em Moçambique, cujas consequências influenciaram as relações bilaterais entre Moçambique e Portugal, num período de reparações históricas, de mudança ideológica, administrativa e geográfica; de criação de memórias colectivas, locais, nacionais e transnacionais.

Apesar de as narrativas serem construídas e socializadas sobre princípios de relações de poder (vencedor e vencido), num cenário caracterizado por violência, agressões e mortes, é possível extrair lições sobre as actuais relações e construir uma memória do futuro sobre a cooperação social, económica, política e cultural entre Moçambique e Portugal.

\* Armindo Armando (armandoarmindo21@gmail.com), Faculdade de Letras e Humanidades (FLH) da Universidade Licungo (UniLicungo), Bairro da Ponta-Gêa, Beira, Moçambique, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) da Universidade do Minho, Edifício 15 – Campus de Gualtar, Braga, Portugal; Augusto Alberto (augustoalberto26@gmail.com) FLH – UniLicungo, CECS – Universidade do Minho; Martins JC-Mapera (jose.mapera@ua.pt) FLH – UniLicungo, CECS – Universidade do Minho. Artigo original: 11-07-2022; artigo revisto: 15-03-2023; aceite para publicação: 15-03-2023.

É neste contexto que se desenvolveu o presente estudo no âmbito do projecto “Memórias, culturas e identidades: o passado e o presente das relações interculturais em Moçambique e Portugal”. Metodologicamente, o estudo foi feito com recurso a grupos focais para compreender como os alunos moçambicanos encaram e interpretam diversos acontecimentos da história nacional, nomeadamente a “Operação Nó Górdio”. Como criam e reconstróem memórias e imaginações sobre o passado e o presente e, sobretudo, que perspectivas orientam o futuro das relações entre Moçambique e Portugal?

O estudo empírico foi realizado na província de Sofala, em seis distritos, nomeadamente, Caia, Chemba, Gorongosa, Chibabava, Búzi e Nhamatanda. Foram constituídos sete grupos focais, envolvendo alunos da 11.<sup>a</sup> classe e 12.<sup>a</sup> classe das áreas de Letras que estudam a disciplina de História.

A criação de grupos focais foi precedida pelos contactos e manifestação de apoio das direcções das escolas, e pelos professores de História e de Português. Os trabalhos com os grupos focais duraram, em média, uma hora e meia em cada escola. O grupo focal pode funcionar com grupos homogéneos e heterogéneos. Portanto, nos grupos focais aplicados neste estudo, foram considerados os dois tipos, isto é, os grupos focais formados apenas por alunos e o grupo focal heterogéneo, concebido nos distritos de Chemba e Chibabava integrando alunos e professores. Apesar desta heterogeneidade pouco habitual, estes dois modelos não condicionaram a resposta dos alunos pela presença de professores, dado que o seu nível de liberdade foi similar aos grupos homogéneos.

A escolha da província de Sofala como caso de estudo deveu-se ao facto de, por um lado, ser a província que se localiza na zona Centro do país, centro de acção de vários acontecimentos históricos e de, por outro, haver registo de importantes acontecimentos históricos de guerra colonial e pós-colonial: Massacre de Inhaminga (1973-1974); instalação da base da RENAMO (Resistência Nacional de Moçambique) no distrito de Gorongosa, na sequência da guerra de 16 anos; palco de conflito político militar (2012-2019). Por outro lado ainda, pelo facto dos investigadores que conduziram este estudo estarem radicados em

Sofala e terem o domínio do contexto sociocultural, histórico, político e económico da região.

A província de Sofala desempenha um papel importante na política de memória do país, influenciando, de forma significativa, os processos de tomada de decisões diplomáticas e económicas, pelo facto de ser a segunda cidade do país e ter o porto que liga o comércio internacional com o *hinterland*.

O artigo está estruturado em três áreas: percurso bibliográfico sobre o Nó Górdio; análise das construções sociais sobre o Nó Górdio; e análise do acontecimento Nó Górdio no manual escolar da 12.<sup>a</sup> classe, de autoria de Mussa (2015), actualmente em uso no ensino secundário em Moçambique.

### **Nó Górdio: reivindicações contraditórias sobre a memória**

Ao estudar, crítica e analiticamente, a história da luta de libertação de Moçambique, não pretendemos politizar o conhecimento teórico ou inventariar as pesquisas feitas sobre esse evento que marcou as décadas de 60 e 70 do século passado. Pretendemos, pelo contrário, aproximar as discussões teóricas da visão pragmática sobre “o Nó Górdio”, e dela construir um corpo literário e uma realidade reflexiva no presente artigo.

Para consolidar o debate sobre reivindicações contraditórias de memória, consideramos importante discutir o seu conceito e as suas classificações. O termo “memória” tem origem etimológica no latim, significando a habilidade de armazenar e utilizar as informações desde as visuais, auditivas e escritas.

A memória está estruturada em três categorias – histórica, colectiva e individual. A memória histórica é aquela que envolve a reconstrução de dados fornecidos pelo presente da vida social projectados sobre um passado reinventado. Por sua vez, a memória colectiva refere-se àquela que recompõe o passado através das experiências que se transmitem a um grupo ou indivíduo; enquanto a memória individual é a consciência individual do passado, que se opõe à memória colectiva<sup>11</sup>.

1 Cf. Darío Betancourt Echeverry, “Memoria individual, memoria colectiva y memoria históri-

A memória colectiva é feita justamente pela memória afectiva, pelas recordações de cada indivíduo, que permitem memorizar e reter substratos significativos do conteúdo comum<sup>2</sup>. A memória da pessoa está intrinsecamente ligada à memória de grupo, à memória colectiva e nacional, com a capacidade de ser partilhada.

Collective memory as the organic of the individual, which operates within the framework of a sociocultural environment. Collective memory as the creation of the shared version of the past with results through interaction, communication, media, and institution within small social groups as well as large cultural communities<sup>3</sup>.

A “memória colectiva distingue-se da história dado que é uma corrente de pensamento contínuo que nada tem de artificial já que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou que é capaz de viver e manter na consciência do grupo”<sup>4</sup>.

Segundo Mariana Carneiro em “1 de julho de 1970: Início da Operação Nó Górdio”, a operação “Nó Górdio” realizou-se no período que vai de 1 de Julho a 6 de Agosto de 1970, altura da intensificação da luta armada de libertação de Moçambique<sup>5</sup>. Carneiro confirma que essa

ca: lo secreto y lo escondido em la narración y el recuerdo”, em *La práctica investigativa en ciencias sociales*, ed. Alfonso Torres Carillo e Absalón Jiménez Becerra (Bogotá: Universidad Pedagógica Nacional, 2004), 124-34.

2 Cf. Maria Immacolata Vassalo de Lopes, “Narrativas da Lusofonia: memórias e identidade da telenovela brasileira”, em *Lusofonia e Interculturalidade: Promessa e Travessia*, coord. Moisés de Lemos Martins (Braga: Universidade do Minho: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade/Húmus, 2015), 57-74.

3 Cf. Astrid Erll, *Memory in Culture*, trad. Sara B. Young (Hampshire: Palgrave Macmillan, 2011), 15. “Memória colectiva como o orgânico do indivíduo, que opera dentro do trabalho de enquadramento de um ambiente sociocultural. A memória colectiva como a criação da versão partilhada do passado com resultados através da interacção, comunicação, meios de comunicação e instituição dentro de pequenos grupos sociais, bem como de grandes comunicações culturais” [tradução livre].

4 Cf. Maurice Halbwachs, *La mémoire collective* (Paris: Presses universitaires de France, 1969), 88.

5 Cf. Mariana Carneiro, “1 de julho de 1970: Início da Operação Nó Górdio”, *Esquerda*, 1 de Julho de 2021, <https://www.esquerda.net/artigo/1-de-julho-de-1970-inicio-da-operacao-no-gordio/75355>, consultado a 20 de Fevereiro de 2023.

operação configurou uma estratégia militar portuguesa para aniquilar a frente da guerrilha dos moçambicanos. No entanto, diferentemente do manual escolar da 12.<sup>a</sup> classe da autoria de Mussa (2015), a autora diz que a operação “No Górdio” integrava cerca de 8000 militares.

O manual escolar da 12.<sup>a</sup> classe<sup>6</sup>, que intitula a operação como “o fim da guerra da independência”, narra a história da operação da seguinte forma:

A progressão e extensão da guerra em Moçambique obrigou Portugal a repensar numa nova estratégia, que visava acabar com as acções dos guerrilheiros da FRELIMO. Assim, em 1970, foi lançada uma grande ofensiva militar designada operação “Nó Górdio”. Esta operação foi dirigida pelo grande estratega militar português, o general Kaúlza de Arriaga. O epicentro das ofensivas militares foi o planalto dos Makondes, em Cabo Delgado, e na região Norte-Este da província do Niassa.

No início, esta operação envolveu cerca de 10 000 militares portugueses. À medida que a guerra se intensificava, Portugal mobilizou mais de 70 000 soldados, dos quais 40 000 eram africanos, recrutados localmente.

Outro objectivo da operação “No Górdio” era isolar a FRELIMO e fragilizá-la de modo a terminar com as suas infiltrações e operações militares. No entanto, a FRELIMO saiu vitoriosa, uma vez que movimentava grupos compostos por poucos guerrilheiros, obrigando os portugueses a dispersarem, sem sucesso, as suas forças.

6 Cf. Carlos Mussa, *H12 História 12.<sup>a</sup> Classe* (Maputo: Texto Editores, 2015), 141.

A derrota das forças portuguesas nesta operação origina um ambiente de instabilidade nas colónias portuguesas e em Portugal, onde emerge um movimento de constetação, constituído por capitães que promovem o golpe de Estado, colocando António de Spínola como Presidente da República.

Em seguida, o Movimento das Forças Armadas e o governo de Portugal iniciam negociações que permitiram terminar a guerra, depois da assinatura dos Acordos de Lusaka, a 7 de Setembro de 1974, dia da Vitória.

Nestes acordos, assinados entre os representantes da FRELIMO e o governo de Portugal, ficou acertado que a independência de Moçambique seria em 25 de Junho de 1975, depois da tomada de posse de um Governo de transição misto, composto por representantes da FRELIMO e de Portugal.

O Governo de transição teve Joaquim Chissano como primeiro-ministro, que entrou em função no dia 20 de Setembro de 1974, tendo sido o seu termo anunciado com a proclamação da independência, em 25 de Junho de 1975.

Pereira e Almeida (2006) afirmam que a operação “Nó Górdio” prolongou-se por um período de sete meses, tendo causado 130 mortos e um total de 80 feridos. Segundo os autores, como consequência da operação, o exército português capturou 1800 guerrilheiros da Frente da Libertação de Moçambique.

Numa tese de especialização intitulada “Estudo da luta de libertação nacional”<sup>7</sup>, a operação “Nó Górdio” é descrita como um movimento

7 Cf. Emílio Mário Januário, “Estudo da luta de libertação nacional de Moçambique” (Trabalho de conclusão de curso, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército Escola Marechal Castello Branco, 2019), 42. <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/5625/1/MO%206073%20-%20EM%C3%8DLIO.pdf>.

motivado pela morte de Eduardo Mondlane (1969), projectada para derrotar a guerrilha da FRELIMO. Tratou-se, portanto, de uma grande ofensiva, mas que não alcançou os objectivos, apesar de ter contribuído para provocar fissuras na organização, no que respeita à concepção da linha política da luta.

Nas imagens visíveis no site “Veteranos da Guerra do Ultramar”<sup>8</sup>, é possível compreender que a história do “Nó Górdio” foi representada em fotografia na perspectiva da portugalidade, pois são apenas apresentados os protagonistas da operação, omitindo o espaço das personagens do exército da Frente de Libertação de Moçambique. Esta estratégia visa evidenciar a superioridade da força militar portuguesa sobre os guerrilheiros e subverte, de certa forma, a versão real dos acontecimentos.

Apesar desta aparente vitória dos portugueses e de toda disponibilidade bélica, não foi alcançado o objectivo da operação militar portuguesa:

Além de ter inviabilizado a Operação Nó Górdio, a FRELIMO voltou a infligir, mais uma vez, uma derrota militar vergonhosa ao Exército Colonial Português em 1 de agosto de 1974, em Cabo Delgado, no distrito de Mueda [...]. Num combate planificado até ao mínimo detalhe, os guerrilheiros da FRELIMO atacaram e assaltaram Namatili, capturando cento e trinta e sete (137) soldados portugueses, com as suas respectivas armas sem disparar um único tiro<sup>9</sup>.

As datas mencionadas para esta captura coincidem com o fim da operação “Nó Górdio”. E as razões de a operação ter ocorrido sem mortes podem explicar o início de uma espécie de racionalidade e de

8 António Pires, *Operação “Nó Górdio”*. Imagem. <http://ultramar.terraweb.biz/nogordio.jpg>.

9 Cf. Janeiro, “Estudo da luta de libertação nacional de Moçambique”.

compreensão sobre a importância do respeito pelos Direitos Humanos e, sobretudo, sobre a necessidade do fim da guerra que durava já muitos anos.

O “Nó Górdio”, enquanto acontecimento histórico, constituiu-se num momento de disputa pelos protagonismos entre Portugal e Moçambique, visto que textos e narrativas moçambicanos proclamam a vitória moçambicana, acontecendo o mesmo com as tropas portuguesas, criando, desta forma, um espaço de omissões e de apagamento da história, num contexto em que as relações hegemónicas se sobrepõem à verdade subjectiva e à razão.

As narrativas sobre a operação “Nó Górdio”, para além de subverterem as verdades da história, reforçam as contradições hegemónicas, construindo assimetrias à volta da retórica do poder, em que a categorização do Outro, enquanto parte da narrativa, é marcada pelos contrastes que, várias vezes, não são pacíficos entre os dois países (Moçambique e Portugal). O manual escolar, por exemplo, não narra os impactos desta operação no seio da FRELIMO. As consequências desse factor são visíveis. Tal como refere Carneiro no seu artigo *online* intitulado “1 de julho de 1970: início da Operação Nó Górdio”<sup>10</sup>,

a 3 de fevereiro, o fundador e então líder da FRELIMO, Eduardo Mondlane, é assassinado nos escritórios do movimento em Dar-es-Salam, com recurso a uma encomenda armadilhada. A liderança desta Frente de Libertação será assumida, numa primeira fase, pelo triunvirato Uria Simango, Marcelino dos Santos e Samora Machel. No entanto, a 10 de maio de 1970, este último é nomeado presidente. Marcelino dos Santos assume, por sua vez, a vice-presidência da FRELIMO e os elementos mais moderados afastam-se do movimento<sup>11</sup>.

10 Carneiro, “1 de julho de 1970”.

11 Carneiro, “1 de julho de 1970”.

A narrativa portuguesa não explica sobre os impactos da operação. Mas foram registados impactos negativos, como a intensificação da violência contra as populações civis, destruição dos meios de subsistência das populações, uso de herbicidas (tornando os solos estéreis), torturas, castrações e mutilações, revoltas e massacres<sup>12</sup> (os mais destacados são os de Mukumbura, Chaworha, Juawu e Wiriyamu)<sup>13</sup>.

Na análise de fenómenos históricos, ressalta a ideia de que a comparação social é um dos processos-chave da teoria das representações sociais, na medida em que através dela é possível estabelecer comparações entre o grupo internamente tal como externamente. Portanto, por representação social deve ser entendido um conhecimento que é elaborado e socialmente partilhado<sup>14</sup>. Por sua vez, as representações sociais são construídas com base no conhecimento de senso comum, conhecimento do quotidiano e pré-teórico, através das dimensões conceitual, metodológica e epistemológica<sup>15</sup>.

As representações sociais intervêm em processos tão variados como a difusão e compreensão de conhecimento científico, a construção de identidades pessoais e sociais, as relações interpessoais e intergrupais, acções de resistência e acções de mudança social<sup>16</sup>. É nestes contextos conceptuais que se compreende que o acto de imaginar o futuro das relações entre povos e Estados é baseado na construção de identidades e nas suas respectivas mudanças que operam ao longo do tempo histórico.

Neste âmbito, as “representações sociais são uma alternativa importante ao conhecimento da realidade socio-histórica no contexto da construção das identidades nacionais”<sup>17</sup>, dado que elas influenciam no processo de formação do homem e das sociedades.

12 Carneiro, “1 de julho de 1970”.

13 Massacre da população civil em Wiriyamu, província de Tete, que aconteceu a 16 de Dezembro de 1972.

14 Cf. Denise Jodelet (org.), *As Representações Sociais* (Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001).

15 Cf. Serge Moscovici, *A Representação Social sobre a Psicanálise* (Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978), 291.

16 Rosa Cabecinhas, “Investigar representações sociais: metodologias e níveis de análise”, em *Cultura: Metodologias e Investigação*, ed. Maria Mamel Baptista (Lisboa: Ver o Verso, 2009), 51-66.

17 Armindo Armando e José Chelene Martins Mapera, “Representações socioculturais veiculadas pelas capas de manuais de história em Moçambique”, em *Portugal e Moçambique – Travessias Identitárias e Imaginários do Passado e do Presente*, ed. Moisés de Lemos *et al.* (Braga: Húmus, 2022), 151-70.

Desta feita, a narrativa sobre a alteridade, enquanto factor do acontecimento e fonte das relações entre povos e Estados (Moçambique e Portugal), é baseada nas linhas da teoria das representações sociais, através de comparações em que várias vezes o Outro é avaliado com preconceito e de forma estereotipada, com negatividade e superficialidade, com o objectivo de lhe atribuir características de inferioridade, ignorando, muitas vezes, o real fenómeno dos grupos sociais.

Neste contexto, foi feita uma denúncia de marcas de etnocentrismo, entre Portugal e Moçambique, na abordagem relativa à operação “Nó Górdio”<sup>18</sup>:

Apesar de Kaúlza de Arriaga ter considerado a operação Nó Górdio um grande sucesso, ela sofreu numerosas críticas. O principal crítico foi o General Costa Gomes que considerou que a alteração da situação militar em Moçambique e o seu agravamento se tinha ficado a dever a dois factores. Em primeiro lugar, à Operação Nó Górdio, que fora muito negativa para Portugal, do ponto de vista da contra-subversão – foi um erro, uma aplicação dos conceitos de guerra clássica à guerra subversiva. E, em segundo lugar, pelo desvio que se teve de fazer das forças militares, sobretudo do Norte, para a protecção da construção de Cabora Bassa. A Operação Nó Górdio foi um erro porque em guerra subversiva – a não ser quando há uma superioridade de meios e mesmo assim as guerras não se ganham, o que ficou provado no Vietname e na Coreia – se não se ganharem as populações, a guerra continua sempre, com mais ou menos intensidade<sup>19</sup>.

A consideração da operação Nó Górdio como um erro simboliza a rejeição das atrocidades, através de discursos que promovem o reco-

18 Cf. Amélia Malta de Matos Pacheco Neves de Souto, “Administração colonial portuguesa em Moçambique no período de Marcelo Caetano (1968-1974): mecanismos e relações de poder” (Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa, 2003).

19 Cf. Souto, “Administração colonial portuguesa em Moçambique”, 500.

nhecimento, pois a constatação da “não existência de superioridade” e o “afastamento de vitória sobre uma guerra subversiva” estabelecem fronteiras discursivas dicotómicas e de supremacia, e constrói-se a partir dela uma narrativa que promove a reconstrução histórica num prisma igualitário. Não obstante os estereótipos criados pela “guerra subversiva” e também pelo facto de a parte moçambicana usar estratégias modernas e eficientes, como refere Cândido Jeremias Mondlane:

A maior guerra que fizemos no “Nó-Górdio” foi a guerra das minas; nós introduzimos a guerra de canhões, emboscávamos na estrada com canhões à entrada de Muidumbe para Chai para amedrontar a tropa portuguesa, os helicópteros para nós não eram coisa que amedrontasse, a população também estava armada, havia força local<sup>20</sup>.

A narrativa construída e socializada sobre a operação estimula assimetrias entre Moçambique e Portugal, estando, desta forma, desajustada dos interesses contemporâneos, na medida em que promove incidentes diplomáticos em sociedades cada vez mais orientadas para o entendimento, a cooperação e a promoção dos Direitos Humanos.

### **Nó Górdio: dor e cura, perdão e esquecimento; violência e reconhecimento**

Para a análise dos contrastes das representações sobre o “Nó Górdio” foi exibido um texto que narra o acontecimento, extraído do manual escolar da disciplina de História, de autoria de Mussa (2015), em uso nas escolas secundárias moçambicanas, manual escolar da 12.<sup>a</sup> classe. O texto sobre o “Nó Górdio” foi distribuído aos grupos focais e, simultaneamente, projectado através de *Datashow* para a leitura reflexiva e

20 Cf. Ana Bouene Mussanhane, *Protagonistas da Luta de Libertação Nacional* (Maputo: Marimbique, 2012).

discussão colectiva. Terminada a leitura, foi distribuído um questionário para orientar o debate dos grupos focais.

As características dos participantes estão descritas na tabela seguinte e, como se poderá notar, apesar de em certos grupos focais as sessões de debate terem sido realizadas com a presença de professores, é importante sublinhar que a discussão foi feita olhando o estatuto e o nível dos alunos.

**Tabela 1 – Participantes nos grupos focais**

Local	Data(s)	Faixa-etária	Ocupação	Nº participantes		
				M	F	M/F
Escola Secundária Mathias Manuel Kapesse de Caia <b>(Grupo Focal 1)</b>	16.08.2021	16-21	Estudante	3	3	6
		25-40	Professor	4	0	4
Escola Secundária de Chemba <b>(Grupo Focal 2)</b>	17.08.2021	16-23	Estudante	4	4	8
		25-45	Professor	3	1	4
Escola Secundária Eduardo Mondlane – Gorongosa <b>(Grupo Focal 3)</b>	18.08.2021	16-22	Estudante	0	0	0
		29-40	Professor	10	0	10
Escola Secundária de Chibabava <b>(Grupo Focal 4)</b>	19.08.2021	16-19	Estudante	4	4	8
		30-48	Professor	3	1	4
Escola Secundária de Búzi <b>(Grupo Focal 5)</b>	02.09.2021	16-19	Estudante	4	4	8
		30-45	Professor	4	0	4
Escola Secundária de Nhamatanda <b>(Grupo Focal 6)</b>	03.09.2021	17-21	Estudante	6	6	12
		30-45	Professor	3	0	3

Fonte: Autores (2021).

Um aspecto importante a reter dos dados referentes aos grupos focais tem que ver com o facto de as idades dos professores e alunos oscilarem entre 16 e 48 anos. Quer isto dizer que o mais velho dos elementos dos grupos focais nasceu em 1972, dois anos após a deflagração da campanha militar na “província ultramarina de Moçambique”. O mais novo nasceu em 2005, trinta e cinco anos depois. Estes dados são importantes para aferir os níveis de compreensão e experiência dos membros dos grupos focais no domínio dos conteúdos históricos relacionados com a guerra de libertação de Moçambique.

A capa do manual escolar *H12 História 12.ª classe*, apresenta de forma destacada as personalidades de Moçambique: Filipe Jacinto Nyusi, actual Presidente da República de Moçambique, desde 2014; Armando Emílio Guebuza, antigo presidente da República de Moçambique (2004-2014) e Joaquim Chissano, antigo Presidente da República de Moçambique (1986-2003). Por outro lado, é ilustrada uma arma, uma enxada e um livro aberto.

Estruturalmente, o manual em referência apresenta cinco unidades temáticas, nomeadamente: (i) “periodização da história de Moçambique”; (ii) “Moçambique: da comunidade primitiva ao surgimento das sociedades de exploração”; (iii) “os estados de Moçambique e a penetração mercantil estrangeira”; (iv) “o período da dominação colonial em Moçambique e o movimento de libertação nacional” e (v) “independência nacional”<sup>21</sup>.

A partir do excerto textual da página 141 do manual escolar de autoria de Mussa (2015), foram formuladas três questões para o debate a nível dos grupos focais, nos seguintes termos: “O que vos chamou mais atenção nesta página?”; “Qual é a vossa opinião sobre este acontecimento? Está bem explicado no manual?” e “Acham que este acontecimento influencia o presente, no que se refere às relações interculturais, desenvolvimento e economia entre Moçambique e Portugal?”. Embora não sejam de natureza judicativa, estas formulações são reflexivas, analíticas e avaliativas, exigindo, portanto, uma tomada de posição em relação aos conteúdos apresentados.

21 Cf. Carlos Mussa, *H12 História 12.ª Classe* (Maputo: Texto Editores, 2015).

No que se refere à primeira questão, foram evocados sentimentos de dor e cura, perdão e esquecimento; violência e reconhecimento. Os participantes referiram que estes acontecimentos fortaleceram a criação de uma sociedade cada vez mais solidária entre si enquanto grupo social.

Samantha (nome fictício), do Grupo Focal 1 (GF1), entende que o texto chama mais a atenção pelas imagens: “Vejo aí imagem que chama mais atenção: helicóptero militar; militares fardados e altamente preparados para massacres ao povo moçambicano”; por sua vez, Cármen (GF1) procura interpretar o texto escrito nos seguintes termos: “Para mim, não são fotos que me chamam atenção; há, aqui, informações referentes à unidade e traição, veja só, há informações sobre a participação de moçambicanos que aceitaram se juntar do lado do opressor, isso é trair a pátria”. Para Zunguze (GF2),

Aqui, chama mais atenção a união dos moçambicanos em lutar contra o colonialismo, a resistência do povo moçambicano em prol da independência em Moçambique e a criação de uma experiência muito importante sobre a importância da determinação. Mas também mostra que se mediram forças, se criaram stresses de lutos e depois se reconciliaram. Então, acho que devemos esquecer.

Numa outra perspectiva, os participantes consideraram que as imagens chamam a atenção para um processo rápido de saída da derrota para uma realidade orientada ao reconhecimento, ou seja, a forma breve como a operação terminou e o desencadeamento das negociações que deram lugar à assinatura do Acordo de Lusaka: Amina (GF4) entende que:

Os colegas não se devem ater aos mecanismos de guerra, mas também tentar ver como ela se desenvolveu e como terminou; houve reconhecimento entre as partes para se entenderem e construir uma sociedade através de um mo-

delo específico de reconhecimento; a nossa independência é resultado deste reconhecimento.

No geral, os participantes consideram que os contextos históricos são lembrados, mas é importante que se pense no acontecimento, enquanto memória social que sirva para fortalecer a nossa relação com a sociedade e construir um modelo para robustecer o reconhecimento que deu espaço às negociações entre Moçambique e Portugal e, conseqüentemente, à independência total e completa de Moçambique.

Desta feita, os discursos académicos e políticos sobre o “No Górdio” em Moçambique e Portugal fazem compreender que as duas nações procuram preservar as memórias nacionais sobre a guerra colonial. Esta perspectiva histórica remete-nos para um olhar antagónico sobre o mesmo fenómeno, criando espaço para a conflitualidade de memória. “As memórias estão sempre em conflitos umas com as outras”. À luz deste entendimento, poder-se-á aferir que não só está patente na comparação da narrativa histórica em Moçambique e Portugal sobre o fenómeno “No Górdio”<sup>22</sup>, mas também se verificou, nos grupos focais, a subsistência da conflitualidade na sua interpretação. Esta dissemelhança ocorre igualmente no “Documentário sobre o Nó Górdio”<sup>23</sup>, em termos de conteúdo em relação ao que está registado no manual escolar.

Nesta abordagem é importante que haja uma narrativa que permita estabelecer o ponto de partida para fazer os devidos arranjos históricos, havendo indícios de existência de memórias manipuladas, cujo discurso parece ser selectivo, na medida em que procura alicerçar plataformas de reconstrução histórica do fenómeno.

Perante a questão “qual é a vossa opinião sobre este acontecimento?”, os participantes afirmaram que se tratava de uma acção que deveria ser evitada através do diálogo, visto que o fim deste aconteci-

22 Cf. Andreas Huyssen, *Políticas de Memória no Nosso Tempo* (Lisboa: Centro de Estudos de Comunicação e Cultura, Universidade Católica Editora, 2014).

23 Cf. Alexandrina Pereira e Rui Pinto Almeida, “Grandes batalhas de Portugal – Operação Nó Górdio”, *RTP Ensina*, 2006, <https://ensina.rtp.pt/artigo/operacao-no-gordio>.

mento culminou com as negociações. Alguns participantes, no entanto, referiram que se tratava de acontecimentos que influenciaram o início do entendimento para facilitar o diálogo produtivo e cujo resultado viria a estabelecer realidades diferentes através das quais se constroem imaginações sociais igualmente diferenciadas.

No GF5, Anita refere:

Para mim, este acontecimento significa que as lutas não produzem entendimento, mas sim decisões e determinações sociais que possam influenciar o bem-estar social, o diálogo e o reconhecimento sempre foram prioridades na nossa sociedade. Várias vezes não se deve buscar valorizar a guerra para a vitória, mas sim uma realidade construída.

Na mesma senda, no GF6, Alfredo concebe a ideia de guerra, de unidade e de determinação como factores principais, onde refere que:

Este acontecimento, para mim, significa que a violência foi intensa e que havia uma decisão mesmo de acabar com o outro usando material bélico. É muito triste esta situação, apesar de que não há entendimento mesmo entre as partes interessadas em desenvolver diálogo, até acho que o diálogo não foi por causa da vitória de alguma parte, mas sim era conveniência de acabar com as violências.

Os sentimentos dos participantes estão relacionados a memórias de violência e à valorização do diálogo como arquétipo de construção social e do mecanismo de reparação histórica. Trata-se de um diálogo que não consolida a hegemonia nacional quer de Portugal, quer de Moçambique, mas sim o do desenvolvimento de uma diplomacia comercial orientada ao futuro comum e à concórdia social.

Os participantes entendem que o acontecimento está bem explicado no manual escolar, mas carece de certos elementos que permitam a reflexão acerca das suas motivações e do seu impacto. Há, em nossa opinião, um destaque à crueldade das tropas portuguesas e, em contraposição, a acção dos soldados do movimento independentista moçambicano não é representada em termos de acção, ideologia e estratégias aplicadas.

Questionados os participantes se “acham que este acontecimento influencia o presente?” a resposta é, de certa forma, surpreendente, na medida em que evidencia o aspecto de simpatia pelos conceitos de interculturalidade, desenvolvimento e economia. No geral, há uma percepção positiva sobre a pertinência da reestruturação das relações entre Portugal e Moçambique para que a abordagem histórica dos acontecimentos seja orientada para o desenvolvimento dos dois países.

Por conseguinte, a reconstrução histórica torna-se vital para uma perspectiva intercultural, em que o olhar do “eu” e do “outro” seja de forma recíproca e justa. Tal concepção pode ser compreendida através das abordagens, no GF5, dos participantes Zimane e Ndauca:

Na minha opinião, se este acontecimento é falado como competição para mostrar que alguém ganhou, isto pode não trazer boas relações entre os membros. É importante criar um ambiente e uma história que mostrem a parte positiva. Assim como está, a mostrar que o conflito ainda pode ser recordado para olhar o outro nos dias de hoje como inimigo, isso pode não ajudar muito para uma sociedade que procura se entender, trocar economias e outras coisas mais.

Eu até concordo com a minha colega, mas não tem como negar que hoje em dia nos relacionamos bem com nosso antigo colonizador, mas este relacionamento passa por um processo de esquecer tudo que aconteceu e não correu bem para nós como país e é importante ver essa situação como uma forma de perdão.

Os participantes constroem a ideia do quotidiano baseada na representação social do sofrimento e de construção de memória coletiva propondo, através das suas intervenções, o que deve ser esquecido e o que não deve ser esquecido. Portanto, as relações interculturais são concebidas como uma construção social que exigem o esquecimento da memória da violência, dando ênfase às negociações para a independência de Moçambique.

No entanto, a memória coletiva é concebida como criadora da versão partilhada do passado com resultados através da interação, comunicação, meios de comunicação e instituição dentro de pequenos grupos sociais, bem como de grandes comunicações culturais<sup>24</sup>.

Por outro lado, o presente é caracterizado, no contexto económico e político, como resultado das trocas comerciais que os dois países partilham e constroem, com vista a desenvolver espaços de uma economia global e de integração, através dos países de língua oficial portuguesa, influenciando, desta forma, a ideia de partilha e de boa convivência.

Para a construção de relações entre Moçambique e Portugal é importante a construção de uma sociedade cada vez mais intercultural, numa dimensão em que a memória remete para o conflito de identidades, guerras e violências sociais.

Para o fortalecimento das relações interculturais entre os dois países é crucial que a história oriente as suas abordagens, conteúdos e reflexões para uma memória positiva e para a reconstrução do entendimento baseado na interculturalidade, na superação das atrocidades passadas e na visão histórica.

Nota-se, porém, a desvalorização ou a negligência sobre valores que anteciparam a operação, embora o faça de forma negativa, dado que tiveram o carácter negocial, acções que não estão presentes e nem são valorizadas nos manuais escolares de História sobre a matéria em referência, tal como se pode ler na transcrição seguinte:

24 Cf. Erll, *Memory in Culture*.

No dia do seu desencadeamento, Kaúlza de Arriaga transmitiu uma mensagem pessoal que foi lançada por um avião da Força Aérea Portuguesa, sobre o planalto maconde [...]. A mensagem referia-se ao respeito que Kaúlza tinha pelo “povo maconde”, que admirava as suas qualidades guerreiras, mas que eles se encontravam “do lado errado”, que tinham sido enganados e traídos, que os “estrangeiros” que eles apoiavam eram “pagãos e racistas” e que a Frelimo apenas lhes podia levar a desgraça e o sofrimento. Pedia-lhes, pois, que reconsiderassem a sua posição e oferecia-lhes a paz, a amizade e uma oportunidade que deviam aproveitar pois podia “ser a última”<sup>25</sup>.

É fundamental que os manuais escolares e as reportagens sobre a operação “Nó Górdio” esclareçam, para além de exercerem o papel de ensinar, os momentos conflituais; é importante que o aspectos da comunicação estejam presentes, para que os alunos compreendam os valores que foram defendidos neste período, mesmo que de forma estereotipada.

A ideia de “acabar com a guerra através do lançamento de uma operação; a admiração que tinha pela parte dos macondes”, o fundamento “contra o paganismo e o racismo, a rejeição da desgraça e do sofrimento”; desejo de “paz e amizade”, embora as promessas ironizem ou desarticulem o desiderato dos moçambicanos, permitem imaginar a realidade actual e inventar o futuro das relações entre Portugal e Moçambique de forma equilibrada<sup>26</sup>.

A imaginação que procuramos representar no presente artigo não se refere a uma viagem memorial desprovida de contexto, mas sim alinhada e teorizada na obra *Comunidades Imaginadas: Reflexão sobre a Origem do Nacionalismo*, que reforça a importância da imaginação cujo imaginário deve ser entendido como aquilo que se apresenta como

25 Cf. Souto, “Administração colonial portuguesa em Moçambique”, 498.

26 Cf. Souto, “Administração colonial portuguesa em Moçambique”.

dado que irrompe espontaneamente; tentativa que serve para identificar a experiência entre si, ela se coloca no centro das nossas preocupações ocultas, das nossas possibilidades e do nosso passado<sup>27</sup>. Portanto, o imaginário tem funções de apresentar elementos do imaginário e o conjunto de condutas contemporâneas, condutas passadas, as tendências e os objectivos do sujeito e as adaptações concretas que estabelece enquanto factor de produção da realidade, visto que ela explora as possibilidades conferidas por um universo cultural simbólico<sup>28</sup>.

### Conclusão

A operação Nó Górdio é construída pelas narrativas sociais através dos manuais escolares e de reportagens como um acontecimento que deu fim à Guerra de Libertação Nacional em Moçambique, mas caracterizada de forma díspar por quem constrói a narrativa, numa reportagem da RTP<sup>29</sup>. O discurso reivindica a vitória da operação. Pelo contrário, o manual escolar do ensino secundário moçambicano ensina-nos que a operação foi um fracasso. Estas duas posições demonstram o papel do poder hegemónico na configuração das narrativas históricas.

Estas constatações permitem-nos concluir que as relações interculturais entre Moçambique e Portugal são muito influenciadas pelo passado histórico que marcou a vida dos dois países. Estes factos inspiram a história contemporânea baseada nos valores da paz, desenvolvimento e cooperação, evitando a eclosão de novos focos de violência ou de incidentes diplomáticos.

Nas escolas secundárias moçambicanas (província de Sofala), os alunos entendem que o “Nó Górdio”, enquanto conteúdo escolar na disciplina de História, abre uma visão importante para que se promova o espírito de concórdia com base na compreensão do fenómeno da alte-

27 Cf. Philippe Malrieu, *A Construção do Imaginário*, trad. Susana Sousa e Silva (Lisboa: Instituto Piaget, 1996).

28 Cf. Benedict Anderson, *Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo* (Lisboa: Edições 70, 2021).

29 Cf. Alexandrina Pereira e Rui Pinto Almeida, “Grandes batalhas de Portugal – Operação Nó Górdio”, RTP Ensina, 2006, <https://ensina.rtp.pt/artigo/operacao-no-gordio>.

ridade e tolerância nas relações bilaterais nos domínios de cultura, da economia e da construção social.

Por isso, parece que o futuro das relações interculturais, económicas e políticas entre Portugal e Moçambique depende da estabilidade recíproca das memórias e dos mecanismos de conserto do passado e da reparação histórica permanente, onde as clivagens históricas servem de ponto de partida para o interdiálogo, a intercooperação e o interdesenvolvimento.

O futuro inventado pelos alunos das escolas secundárias moçambicanas representa valores de moralidade que devem ser cultivados entre os dois povos, considerando o passado cruel como um fenómeno que deve constituir um aprendizagem, sem, contudo, se repetirem no futuro os males causados pela guerra. Isso quer dizer que a diplomacia contemporânea é igualmente indispensável para se desvanecerem conceitos belicistas como o de “inimigo”, usado no período da guerra de libertação nacional de Moçambique.

**BIBLIOGRAFIA**

Anderson, Benedict. *Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo*. Lisboa: Edições 70, 2021.

Armando, Armindo, e José Chelene Martins Mapera. “Representações socio-culturais veiculadas pelas capas de manuais de história em Moçambique”. Em *Portugal e Moçambique – Travessias Identitárias e Imaginários do Passado e do Presente*, editado por Moisés Lemos Martins, Alice Dutra Balbé, Isabel Moreira Macedo e Eliseu Mabasso, 151-70. Braga: Húmus, 2022.

Betancourt Echeverry, Darío. “Memoria individual, memoria colectiva y memoria histórica: lo secreto y lo escondido em la narración y el recuerdo”. Em *La práctica investigativa en ciencias sociales*, editado por Alfonso Torres Carillo e Absalón Jiménez Becerra, 124-34. Bogotá: Universidad Pedagógica Nacional, 2004.

Cabecinhas, Rosa. “Investigar representações sociais: metodologias e níveis de análise”. Em *Cultura: Metodologias e Investigação*, editado por Maria Manuel Baptista, 51-66. Lisboa: Ver o Verso, 2009.

Carneiro, Mariana. “1 de julho de 1970: Início da Operação Nó Górdio”. *Esquerda*. 1 de Julho de 2021. Consultado a 20 de Fevereiro de 2023. <https://www.esquerda.net/artigo/1-de-julho-de-1970-inicio-da-operacao-no-gordio/75355>.

Erll, Astrid. *Memory in Culture*. Tradução de Sara B. Young. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2011.

Halbwachs, Maurice. *La mémoire collective*. Paris: Presses universitaires de France, 1969.

Huyssen, Andreas, *Políticas de Memória no Nosso Tempo*. Lisboa: Centro de Estudos de Comunicação e Cultura, Universidade Católica Editora, 2014.

Januário, Emílio Mário. “Estudo da luta de libertação nacional de Moçambique”. Trabalho de conclusão de curso, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército Escola Marechal Castello Branco, 2019. <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/5625/1/MO%206073%20-%20EM%20C3%82%20DL%20IO.pdf>.

Jodelet, Denise (org.). *As Representações Sociais*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

Lopes, Maria Immacolata Vassalo de. “Narrativas da Lusofonia: memórias e identidade da telenovela brasileira”. Em *Lusofonia e Interculturalidade: Promessa e Travessia*, coordenado por Moisés de Lemos Martins, 57-74. Braga: Universidade do Minho, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade/Húmus, 2015.

Malrieu, Philippe, *A Construção do Imaginário*. Traduzido por Susana Sousa e Silva. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

Moscovici, Serge. *A Representação Social sobre a Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

Mussa, Carlos. *H12 História 12.ª Classe*. Maputo: Texto Editores, 2015.

Mussanhane, Ana Bouene. *Protagonistas da Luta de Libertação Nacional*. Maputo: Marimbique, 2012.

Pereira, Alexandrina, e Rui Pinto Almeida. “Grandes batalhas de Portugal – Operação Nó Górdio”. RTP Ensina. 2006. <https://ensina.rtp.pt/artigo/operacao-no-gordio>.

Pires, António. *Operação “Nó Górdio”*. Imagem. <http://ultramar.terraweb.biz/nogordio.jpg>.

Souto, Amélia Malta de Matos Pacheco Neves de. “Administração colonial portuguesa em Moçambique no período de Marcelo Caetano (1968-1974): Mecanismos e relações de poder”. Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa, 2003.

**Referência para citação:**

Armando, Armindo, Augusto Alberto, e Martins JC-Mapera. “Nó Górdio e relações entre Moçambique e Portugal: futuro inventado nas escolas moçambicanas da província de Sofala”. *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 16 (2023): 127-150. <https://doi.org/10.48487/pdh.2023.n16.31041>.